

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

IMPLICAÇÕES DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2017. MUDANÇAS INTRODUZIDAS NA LEI 8.888/93. ABORDAGEM DA LEI Nº 12.462/2011 (REGIME DIFERENCIADO) E SÚMULA Nº 331 DO TST

APRESENTAÇÃO

Para exercer a função de Administrador da coisa pública, as unidades administrativas que representam o Estado realizam atos e contratos de natureza negocial, envolvendo a aquisição de bens, a prestação de serviços e a execução de obras, necessárias ao desenvolvimento das suas atividades. Assim, a prestação de serviços públicos, a gestão das políticas públicas, o exercício da regulação ou a aquisição de bens e serviços para que a máquina administrativa possa operar, passa, necessariamente, pelo Contrato Administrativo, seja ele formalizado por um termo ou instrumento equivalente.

Desta forma, a fiscalização de Contratos Administrativos é uma função relevante para a Administração Pública Direta ou Indireta, seja no âmbito do Executivo, Legislativo ou Judiciário. Exercer a função de fiscal ou gerente de contratos, na esfera pública, exige capacitação e habilidade dos profissionais que se dedicam a esta atividade.

O **IDEMP**, sempre inovador e atento às necessidades das organizações públicas, oferece este curso com o objetivo de apoiar aqueles profissionais que exercem estas atividades, procurando tratar o tema de uma forma pragmática e de utilização imediata pelos participantes do treinamento, destacando a IN 05/2017.

A QUEM SE DESTINA

Fiscais ou gestores de Contratos, que atuam em instituições públicas e empresas que a elas prestam serviços.

RESULTADOS PARA OS PARTICIPANTES

- Conhecimento dos procedimentos operacionais adequados à legislação vigente para agilizar e agregar resultados à fiscalização dos Contratos Administrativos.
- Orientação para a tomada de decisão sobre Contratos Administrativos.
- Domínio do conhecimento e da prática das ações e procedimentos exigidos para o recebimento do objeto contratado, a comunicação com o contratado, a análise das solicitações de reajustes, repactuação e equilíbrio econômico-financeiro, a aplicação de penalidades, dentre outros assuntos da área.
- Atualização dos procedimentos relativos à gestão e fiscalização de contratos, tendo por arcabouço as disposições da IN nº 05 / 17, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- **Visão sistêmica do processo de contratação na Administração Pública.**
 - Necessidades de incorporar a visão do fiscal / gestor do Contrato ao planejamento da contratação.
 - Modelos de gestão aplicados às contratações públicas.
 - Análise do Contrato e a alternativa de utilizar o modelo burocrático e o modelo orgânico.
- **Conceitos fundamentais**
 - As principais diferenças entre o Contrato de Direito Privado e o Contrato Administrativo.
 - Distinção entre Contrato Administrativo e Convênio.
 - Tipos de Contratos Administrativos.
 - Regimes de execução dos Contratos Administrativos.
 - Elementos essenciais do Contrato Administrativo.
 - Distinção entre reajuste, repactuação e equilíbrio econômico-financeiro.
- **A fiscalização e o gerenciamento do Contrato.**
 - Conteúdo do contrato.
 - Cláusulas essenciais e acessórias.
 - A designação do fiscal do Contrato.
 - A elaboração do plano de fiscalização.

- o Documentação relativa à fiscalização de Contratos.
 - o As funções do fiscal do Contrato.
 - o A constituição da garantia e a recomposição do seu valor por alterações contratuais.
 - o Execução da garantia por inexecução das obrigações contratuais, em especial, das obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes da prestação de serviços terceirizados.
 - o Principais hipóteses de alterações contratuais e procedimentos de formalização.
 - o Aditivos e apostilamento.
 - o Duração dos contratos.
 - o Acréscimos e supressões nos Contratos.
 - o A aplicação de penalidades e respectivos procedimentos para formalização.
 - o As responsabilidades do fiscal e do gestor do Contrato.
 - o Providências para encerramento dos Contratos.
 - o Análise e negociação das solicitações de reajustes, repactuações e equilíbrio econômico-financeiro.
- **Avaliação dos Contratos**
 - o Proposta metodológica para avaliação dos Contratos.
 - o A partir da construção de indicadores de resultados.
 - o A partir de comparações com outras Instituições Públicas de referência.
 - **Análise da IN 05/2017 e seus aspectos legais e gerenciais**
 - o Recomendações quanto ao plano de trabalho, projeto básico e termo de referência.
 - o A utilização da empreitada por preço global e preço unitário.
 - o Duração dos Contratos de serviços continuados e os procedimentos para repactuação.
 - o A fiscalização das obrigações trabalhistas e sociais.
 - **Súmula nº 331 do TST: as responsabilidades trabalhistas e suas consequências.**

Importante: Neste curso não serão abordados os aspectos da planilha de composição de custos e formação de preços para a contratação de serviços.

CARGA HORÁRIA

O curso terá a duração de 24 (vinte e quatro) horas, em três dias.

PROFESSORA – Patrícia Nachard

Doutoranda em Administração na ESC Rennes School of Business - Rennes/França - FGV/Brasil. Mestre em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Especialização em Direito da Administração Pública pela UFF/RJ; Bacharel em Direito.

Ocupou o cargo de Chefe de Coordenação da Procuradoria Geral da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/MS.

Consultora e docente na área de Licitações e Contratos da Administração Pública, tendo atuado junto a Instituições Públicas como: ALFOB, FURP/SP, LAFEPE/PE, IQUECO/GO, HSERJ, FUNED/MG, ANVISA, INSTITUTO NACIONAL DO CORAÇÃO/RJ, INTO/RJ, PREF. DE SÃO LUÍS/MA, PB Gás/PARAÍBA, CPRM – Cia. de Pesquisa de Recursos Minerais, CEF, ANS – Agência Nacional de Saúde, FIOTEC, FURNAS, ELETROBRÁS, GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, FESPAC – Fundação Escola do Servidor Público do Acre, TJERJ/RJ, TRF/2ª REGIÃO/RJ, TJMS/MS, IBMEC/PARÁ, CHESF, BANCO DA AMAZÔNIA, BANCO DO BRASIL, INFRAERO, CVM – Comissão de Valores Mobiliários, TRT/MS, TRT/SC, TRT/RJ, TJRO/RO, ANCINE, ANS, ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, DER/MG, TCE/AM, JFAL, RFB, MF, entre outras Instituições.

Ex-assessora do Instituto de Tecnologia em Fármacos na área de Gestão e Transferência de Tecnologia. Atualmente, consultora da FGV Projetos na área de Administração Pública. Professora nos cursos de Pós Graduação da FGV/RJ. Professora em cursos de Licitações e Contratos Administrativos, Pregão: Formação e Habilitação de Pregoeiros, Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, Elaboração de Projetos Básicos e Termos de Referência.

Professora do **IDEMP** - Instituto de Desenvolvimento Empresarial.